



SINDILEGIS EM AÇÃO

#SENADO

Sindilegis solicita ampliação da faixa etária para dependentes no SIS

Similar ao que ocorreu na Câmara dos Deputados, por meio do Pró-Saúde, o Sindilegis solicitou ampliação da idade dos dependentes

O Sindilegis protocolou, na Presidência do Senado Federal, ofício nº 121/17, solicitando ampliação da faixa etária para dependentes dos servidores ingressarem no Sistema Integrado de Saúde (SIS) do Senado Federal. A ideia é que dependentes, sejam

eles filhos e enteados maiores de 21 anos e menores de 33 anos, possam ser admitidos no SIS, mediante contribuição mensal.

Na Câmara dos Deputados, a alteração não gerou custo adicional para os atuais subsidiários, uma

vez que as despesas mensais serão arcadas pelos próprios dependentes. A mudança ainda garantiu que dependentes casados e sem dependência financeira sejam contemplados.

Confira a atualização das ações sobre banco de horas

Uma das principais demandas dos servidores do Senado, que atualmente é acompanhada pelo Sindilegis, versa sobre o pagamento de horas extras. Em dias de sessões ordinárias, os servidores são convocados para trabalhar além da jornada padrão de trabalho.

Atualmente, a Consulegis – Consultoria jurídica do Sindilegis – advoga sobre 50 ações, de 47 grupos de servidores do Senado e da Gráfica

(totalizando 470 servidores) e 3 grupos do Prodasen (totalizando 30 servidores).

Todos os processos estão em fase de recurso, seja por questionamento da União nos casos em que o Sindilegis saiu vitorioso ou vice-versa.

Para saber informações específicas sobre cada processo, basta entrar em contato na Consulegis: **(61) 3246-2400.**

Confira alguns pleitos solicitados pelo SINDILEGIS para a Administração do Senado

Isenção do IR dos servidores com doenças graves

O Sindilegis protocolou pedido, em 1º de junho, para que sejam revistas as suspensões da isenção do Imposto de Renda (IR) dos servidores com doenças graves.

Isenção de IR sobre os auxílios creche e pré-escolar

O Sindilegis também encaminhou ofício solicitando a suspensão imediata de qualquer incidência de IR sobre auxílio-creche e auxílio pré-escolar aos servidores. Os ofícios também

pedem a devolução dos valores descontados dos proventos incidentes a título de IR sobre o pagamento de tal rubrica nos últimos cinco anos.

FGTS para comissionados

O Sindilegis oficiou o Senado com a finalidade de implementar o FGTS para comissionados. De acordo com entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado que ocupa cargo comissionado tem direito ao depósito do Fundo, não podendo o ente público negar a aplicação da legislação trabalhista.

Exames médicos periódicos anuais

O Sindilegis protocolou, em 1º de junho, o ofício solicitando providências ao Senado no sentido de determinar a realização de exames médicos periódicos anuais, uma vez que as ações preventivas podem refletir diretamente na qualidade de vida e na produtividade dos servidores.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – SINDILEGIS

EDITAL – Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do SINDILEGIS no uso de suas atribuições estatutárias que lhe confere o art. 27, V c/c o art. 56, I, parágrafos 2º e 3º e art. 54 §§ 1º e 2º, convoca os filiados para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 03 de julho de 2017, na Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 1, às 15:00 horas, para tratar da convocação do VI CONLEGIS e lhe conferir poderes para realizar a reforma do Estatuto do Sindilegis. Brasília, 09 de junho de 2017.

Petrus Elesbão Lima da Silva.
Presidente do Sindilegis.

Mais informações

imprensa@sindilegis.org.br ou (61) 3214-7300

Serviços

Consulegis: (61) 3246-2400

Odontolegis: (61) 3246-2410

Legis Club Brasil: (61) 3223-7705

   @sindilegis

